

Lixo e inundações

Quando chove forte, o carioca reza para que não aconteça o pior: o transbordamento de canais, com inundações das vias públicas e de muitas residências, não raro com fatalidades. Dentre as principais, para este flagelo, destaca-se o acúmulo de lixo nos canais. Existem quatro problemas principais que explicam por que o lixo vai parar dentro dos canais. Estes problemas e algumas medidas corretivas são examinadas na seqüência.

Primeiro problema: deficiência das empresas de limpeza urbana na coleta de lixo domiciliar nas favelas em geral, e não apenas naquelas localizadas junto aos canais. Quem trafega pela Estrada Grajaú-Jacarepaguá, por exemplo, constata freqüentemente a patética cena de dezenas de garis varrendo “ciscos” do asfalto, ao lado de enormes monturos de lixo, acumulados ao longo de vários dias, depositados dentro e ao redor de latões de lixo em deplorável estado de conservação. A não remoção dos detritos afeta as condições sanitárias e de saúde da população favelada bem como da cidade como um todo. Isto porque mais cedo ou mais tarde todo o lixo é varrido ladeira abaixo pelas grandes enxurradas, entupindo os canais. O poder público é forçado a recolher parte destes detritos através de dragagem, a um custo muitíssimo superior ao que seria necessário para removê-lo prontamente das favelas. A solução técnica do problema é complexa devido à dificuldade de acesso de veículos tradicionais ao interior das favelas. Para que não se imagine apenas soluções “românticas”, diga-se logo que campanhas de educação ambiental são necessárias mas não suficientes para o equacionamento do problema. É preciso adicionalmente que se deflagre alguma iniciativa baseada nas forças de mercado. A compra de lixo ou troca por alimentos nas próprias favelas é possivelmente a melhor alternativa.

Segundo problema: deficiência das empresas de limpeza urbana na remoção de entulhos. Qualquer cidadão que faça uma reforma em sua residência, e que chame o serviço especializado (quando existe) para retirar o entulho resultante, descobre que o serviço é não apenas difícil de ser acionado como o preço é bem superior ao cobrado pelos donos de caminhões avulsos. Existe uma razão lógica para esta discrepância: os caminhões avulsos em geral despejam a carga na estrada, encosta ou rio mais próximo, o que além de poluir a cidade, agrava tremendamente as enchentes. A solução do problema exige a criação de um grande número de vazadouros para entulho (lixo não orgânico) por toda cidade e numa severa vigilância sobre os caminhões que transportam este tipo de material.

Terceiro problema: deficiência das empresas de limpeza urbana na instalação e manutenção de cestas de lixo nas calçadas. Mesmo o mais “suíço” dos cidadãos, depois de caminhar quadras e mais quadras segurando nas mãos algo a ser jogado fora, acaba por se render à evidência de que a Região Metropolitana não oferece este pequeno conforto do processo civilizatório. O “suíço” acaba por disfarçadamente jogar o detrito na sarjeta. Esta situação acaba fazendo com que o cidadão se deseduque, acostumando-se com a idéia de que seja “normal” lançar lixo em qualquer lugar. A solução neste caso é instalar por toda Região Metropolitana uma grande quantidade de cestas de lixo e prover o

correspondente serviço de coleta. Não se imagine que a meta de uma metrópole efetivamente limpa seja incompatível com os padrões culturais de nossa gente. O estado de boa conservação das instalações do Metrô, graças à regularidade de manutenção, demonstra a tese de que a população, quando respeitada, sabe se comportar com civilidade.

Quarto problema: grande número de recipientes descartáveis, principalmente garrafas de refrigerantes, que terminam nos canais. São tantas garrafas que se foram verdadeiras barragens de retenção que, se não removidas a um altíssimo custo, acabam por impedir o livre escoamento das águas. Estas garrafas são vistas pelo consumidor e pólo comércio varejista com mais simpatia do que as antigas garrafas recicláveis. Por serem descartáveis, eliminam a necessidade de espaço para armazenamento de garrafas vazias. A solução deste problema passa novamente pela utilização da força do mercado. Como acontece em diversos países do Primeiro Mundo, é necessário que se crie um estímulo econômico ao consumidor para que ele decida retornar as garrafas plásticas em locais apropriados. Por exemplo, através da criação de uma lei que obrigue a indústria de refrigerante a comprar de volta as embalagens, que desta maneira deixariam de ser descartáveis.

A solução dos três primeiros problemas, em moldes análogos aos aqui apregoados, implicaria necessariamente em aumento substancial do custo operacional das companhias de limpeza urbana. É natural que estas empresas considerem tais propostas inexecutáveis, sob a ótica de aversão ao prejuízo contábil. Cabe aos prefeitos focar o assunto através de uma ótica mais abrangente, que inclua os gastos reais para a municipalidade (e não necessariamente para as empresas) e os custos para a população em geral. Cabe aos prefeitos propor os mecanismos tributários e administrativos que permitam aumentar o gasto com a remoção preventiva de lixo de uma quantia que seja pelo menos igual ao que a municipalidade acaba por gastar nas áreas de saúde e de combate às inundações, devido à atual ineficácia das companhias de limpeza urbana.

A solução do quarto problema, através da obediência à lei proposta, criaria um custo para a indústria, principalmente de refrigerantes, que inevitavelmente seria transferido para o consumidor. É preciso esclarecer, no entanto, que o contribuinte arca com um custo muito maior na remoção das embalagens dos canais e com os prejuízos tangíveis e intangíveis causados pelas inundações.

KELMAN, J. **Lixo e Inundações**. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 19/08/94.